Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

Compromissos com a sustentabilidade

Ao comentar sobre os riscos fiscais crescentes no caminho do próximo mandato de Lula, a economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), lembrou que o governo continua adiando o compromisso de reequilibrar as contas públicas. Ela destacou que, neste ano, a equipe econômica projeta deficit primário efetivo de R$ 80,9 bilhões — antes dos abatimentos de gastos —, apesar de a meta central ser de superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R$ 34,3 bilhões. "O compromisso deve ser com a sustentabilidade da dívida e, para isso, não basta mudar o arcabouço fiscal", alertou Selene Nunes à coluna. "Se houver, de fato, compromisso com o ajuste para implementá-lo ao longo do mandato, a credibilidade será recuperada, e as taxas de juros cairão sem tabelamento", acrescentou.

Propostas necessárias I

Na avaliação da autora da LRF, a proposta necessária precisa de um conjunto de medidas críveis, que pode envolver: reforma da Previdência, com revisão de regras que ainda permitem aposentadorias precoces, redução de privilégios e maior convergência entre os diferentes regimes, respeitados os direitos adquiridos; revisão do arcabouço fiscal, e compromisso explícito com a estabilização da dívida pública em relação ao PIB; revisão das despesas obrigatórias, com reavaliação das vinculações e dos mecanismos de indexação automática de despesas à receita e ao salário mínimo e à inflação, considerando seus efeitos sobre os benefícios previdenciários e assistenciais e revisão das regras de crescimento dos pisos constitucionais de saúde e educação, preservando a prestação dos serviços essenciais. Selene Nunes propôs também avaliação e revisão de programas e políticas públicas, "com base em resultados, focalização e custo-benefício, eliminando sobreposições e desperdícios, sem comprometer a proteção das famílias mais vulneráveis". Em paralelo, defendeu redução e maior controle das emendas parlamentares, assim como a revisão das verbas indenizatórias e dos chamados "penduricalhos", limitados ao teto previsto na lei.

Cenários pioram sem ajuste fiscal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu novamente a responsabilidade fiscal e criticou as cobranças do mercado financeiro, que segue piorando as estimativas. Mas os números do Orçamento de 2027 não fecham e não absorvem todas as promessas feitas na campanha, e portanto, podem fazer com que o pobre pague, sim, a conta. E, diante da indefinição de um nome forte no Ministério da Fazenda, instituições de grande porte, como o Itaú Unibanco, já não veem espaço para a volta de cortes na taxa básica da economia (Selic), de 13,75% ao ano, pelo menos, até o fim de 2027. Assim como o Itaú, que reduziu de 1,2% para 0,5% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2027, o Bradesco revisou a estimativa de 1% para 0,4%. O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, disse à coluna que, nesse novo cenário, "não está prevista uma recessão, ainda".



» » »

Cresce o consenso de que Lula não apresentará algum ajuste no pronunciamento de amanhã ou depois da viagem internacional. O especialista em contas públicas e economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, contou à coluna que as projeções novas dele para o quadro fiscal passaram "de um ajuste insuficiente" para "sem consolidação". "A credibilidade fiscal seguirá se deteriorando, com efeito colateral negativo sobre a inflação e as expectativas", alertou. Segundo ele, a demora de Lula em endereçar a questão fiscal, definir a equipe econômica "produz custos elevados para a sociedade". "A incerteza e a indefinição cobram preço elevado por meio da pressão sobre a curva de juros e a taxa de câmbio", reforçou. Barros ainda destacou que a "passagem do caos à ordem" exige reengenharia, e não maquiagem, e a ordem fiscal relevante "é aquela em que o crescimento do gasto cabe na capacidade de financiamento da sociedade, os benefícios têm governança, os riscos são transparentes e a política monetária deixa de ser a única barreira contra a inflação".

Propostas necessárias II

Na lista enumerada pela economista, ainda será preciso uma reforma administrativa, "com racionalização de estruturas, redução de cargos em comissão e avaliação de desempenho". Ela também reforçou a necessidade da melhoria da eficiência do gasto público, a reavaliação das empresas estatais e dos fundos públicos, com critérios objetivos de manutenção, reestruturação ou desestatização, além de maior transparência sobre riscos e custos fiscais. Entre outras propostas, Selene Nunes defendeu um programa de gestão de ativos e privatizações, destinando os recursos extraordinários prioritariamente à redução da dívida, em vez de financiar novas despesas permanentes. Segundo a economista, a Lei de Finanças Públicas, orientada para melhorar a qualidade do gasto, reduziria a fragmentação orçamentária e assegurar maior integração entre planejamento, Orçamento e sustentabilidade fiscal.

Dívidas privadas no radar

Diante da manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano pelo Banco Central, na quarta-feira, o economista José Roberto Afonso, também um dos autores da LRF, admitiu estar muito mais preocupado com as dívidas privadas no Brasil, que precisam ser pagas ou "roladas com taxas absurdamente mais altas do que a Selic", pois os juros reais (descontada a inflação) são os maiores do mundo. "Isso não acontecia no passado, porque, antes, a dívida das empresas e de família era relativamente baixa. Ou seja, sem prejuízo da necessidade de se realizar ajuste fiscal, acho que é mais urgente começar a discutir como se fará ajuste financeiro e patrimonial do setor privado brasileiro, que é muito mais complexo e delicado do que o público", alertou.

Carta aberta a Lula

Na contramão do mercado, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) protocolou uma carta aberta ao presidente Lula, nesta semana, chamando a atenção para a questão dos juros elevados que impactam no endividamento público e no deficit nominal do país, que está perto de 10% do PIB, um dos maiores do mundo, e que mostra o verdadeiro tamanho do rombo fiscal. "A ACD tem muito a contribuir para que a economia brasileira volte a crescer, investindo nas áreas de interesse da população e do nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental", destacou a coordenadora da entidade Maria Lucia Fattorelli. "Lula disse que vai ouvir a sociedade. A ACD pediu audiência e está à disposição", acrescentou.



Delação aceita do dono da Reag

Presidente do STF, Edson Fachin homologa o acordo de colaboração de João Carlos Mansur, envolvido no caso do banco de Vorcaro

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, homologou, ontem, o acordo de delação premiada de João Carlos Mansur, fundador da Reag Investimentos. Alvo de buscas e apreensões da Polícia Federal em janeiro, o banqueiro é investigado por envolvimento em fraudes financeiras do Banco Master.

O caso é investigado pela PF no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura as ilegalidades no banco controlado por Daniel Vorcaro e a tentativa de compra da instituição pelo Banco de Brasília (BRB).

A proposta de delação premiada homologada por Fachin foi apresentada inicialmente à Procuradoria-Geral da República (PGR), em setembro, pela defesa de Mansur.

De acordo com fontes consultadas pelo **Correio**, o empresário tem informações sobre a localização de patrimônios e recursos avaliados em R$ 20 bilhões, pertencentes a Vorcaro, que está preso em Brasília.

Os recursos seriam de parte do patrimônio do banqueiro e de dinheiro enviado para contas no exterior. O rastreio do montante é relevante para ressarcir entidades e pessoas que foram lesadas pelas fraudes do Master.

À época em que a delação foi apresentada à PGR, o relator do caso Master no STF era o ministro André Mendonça. Desde outubro, porém, Fachin passou a responder pelo inquérito, em meio a impasses e discussões na Corte sobre alegações de que ministros teriam ligações com Daniel Vorcaro ou atuariam no caso movidos a interesses políticos.

A Reag foi liquidada pelo Banco Central por "graves violações" às normas que devem ser seguidas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Assim como a empresa de Mansur, o Banco Master também foi liquidado pela autoridade monetária.

Além de investigado na operação que, entre outras ações, investiga fraudes financeiras do Banco Master, o nome de João Carlos Mansur aparece nas apurações da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, por possíveis envolvimentos da Reag em ações de lavagem de dinheiro no valor de R$ 1 bilhão para a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) — os agentes apuravam, inicialmente, lavagem de dinheiro de negócios ilegais no setor de combustíveis.

Saiba mais

Desvio de recursos

» A Reag administrava fundos nos quais estavam ativos de Daniel Vorcaro e de outros integrantes do Master. A alocação dos ativos nessas redes serviam para ocultar o beneficiário final dos bens e para desviar recursos para contas particulares do banqueiro e de seus familiares.
» Um dos ativos que passou por fundos da Reag foram as cotas do Resort Tayaya, que pertencia a familiares do ministro Dias Toffoli, do STF.

Geraldo Magela/Agência Senado



Mansur teria detalhado crimes financeiros de Vorcaro e delatado personagens envolvidos no esquema

» Cunhado de Vorcaro continuará preso

O ministro Edson Fachin, presidente do STF, negou os pedidos da defesa de Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro, para revisão de prisão preventiva e para substituição por prisão domiciliar humanitária. Zettel é apontado como operador financeiro de Vorcaro. Ele está preso desde 4 de março deste ano. Na decisão, Fachin argumenta que os motivos para o decreto anterior de prisão preventiva permanecem, não havendo razão para modificação da condição. Além disso, o magistrado defende que o réu deve continuar recluso para não prejudicar os processos de apuração.

Cobrança sobre possíveis voos de Moraes

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pediu que operadores de dois aviões privados ligados ao banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, esclareçam se realizaram transporte remunerado de passageiros. A despeito de não ter autorização para realizar táxi aéreo, as aeronaves podem ter transportado o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de Brasília para São Paulo no ano passado.

Os operadores foram notificados por meio de um despacho assinado em 28 de outubro pelo superintendente de Operações da Aviação Geral da Anac, Edvaldo Rodrigues de Oliveira. A informação foi divulgada pelo jornal *O Globo*.

"Tendo em vista que as aeronaves de marcas PP-BIO e PS-FSW não podem ser empregadas de maneira remunerada, essa Superintendência encaminhou ofício aos operadores de ambas aeronaves questionando, entre outras coisas, a natureza dos voos realizados no período investigado pelos Parlamentares. Nesse momento, a SAG aguarda a resposta a tais ofícios, e somente após as respostas será possível analisarmos ocorrência de eventual irregularidade", afirmou Oliveira no despacho.

Reportagem do *Estadão*, de abril, mostrou que a aeronave de prefixo PS-FSW é um dos dois aviões ligados a Vorcaro que podem ter realizado o voo de Moraes de Brasília para São Paulo em 7 de agosto de 2025.

Moraes acessou o terminal de aviação executiva do aeroporto de Brasília às 19 horas de 7 de agosto do ano passado, segundo dados enviados à CPI do Crime Organizado pela Inframérica, administradora do aeroporto da capital federal. Era uma quinta-feira, após sessão plenária do STF.

A reportagem analisou os registros de partidas e chegadas de Brasília naquela data mantidos pela Aeronáutica. Após a chegada de Moraes, três aeronaves voaram para o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.